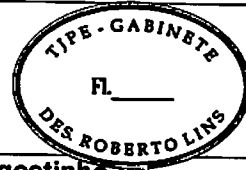




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0330995-9 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho-PE

Impetrantes: Glorivaldo Roberto de Barros e Israel Queiroz Carvalho de Araújo
Paciente: Givanildo José Ferreira
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Impetrantes: Glorivaldo Roberto de Barros e Israel Queiroz Carvalho de Araújo

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ARTIGOS 121, *CAPUT* e 211 DO CP. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO ACOLHIMENTO. VERIFICAÇÃO DO TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. SUPERAÇÃO DA MATÉRIA ATINENTE AO EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA 21 DO STJ. FUGA DO PACIENTE DO DISTRITO DA CULPA. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INEXISTÊNCIA DE NOVOS FATOS ENSEJADORES DA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. *MANDAMUS* DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Analisando os autos, infere-se que a sentença de pronúncia foi proferida em 16/04/2014, portanto não prospera a alegação de coação ilegal por excesso de prazo, em consonância com o teor da Súmula 21 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Outrossim, depreende-se que a prisão preventiva do paciente restou devidamente fundamentada na garantia da aplicação da lei penal, correspondente ao fato de que aquele fugiu do distrito da culpa após a prática dos delitos tipificados nos artigos 121, *caput* e 211, ambos do Código Penal.
3. Por outro lado, inexistindo, nestes autos, notícia de novos fatos ensejadores da revogação da prisão preventiva do paciente, deve ser esta mantida.
4. *Mandamus* denegado. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

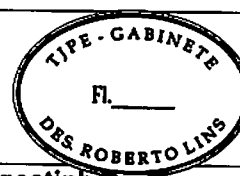
Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0330995-9 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____/____/____, em denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, ____/____/____.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0330995-9 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho-PE

Impetrantes: Glorivaldo Roberto de Barros e Israel Queiroz Carvalho de Araújo
Paciente: Givanildo José Ferreira
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Glorivaldo Roberto de Barros e Israel Queiroz Carvalho de Araújo, através da preambular de fls. 02 a 08, em favor de Givanildo José Ferreira, apontando como autoridade coatora o Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho-PE.

Aduzem os impetrantes que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, vez que configurado excesso de prazo na formação da culpa, porquanto foram apresentadas alegações finais há mais de seis meses e a sentença ainda não foi prolatada.

Requer, ao final, a concessão da ordem, com a consequente expedição de alvará de soltura.

Indeferido o pleito de liminar (fl. 14), a autoridade impetrada prestou as informações de fl. 20, clarificando que o paciente foi denunciado, juntamente com mais três acusados, pela prática dos crimes previstos nos artigos 121, *caput* e 211, ambos do Código Penal, ocorridos em 14/02/2008. Acrescentou que o paciente fugiu e os outros acusados foram presos em flagrante, quando foi suspenso o processo com relação ao paciente, o qual veio a ser intimado quando foram recebidas notícias de que se encontrava recolhido à penitenciária de Limoeiro.

Esclarece, por fim, que as alegações finais foram apresentadas e o paciente foi pronunciado em 16/04/2014, como incurso nos crimes supracitados, oportunidade em que foi mantida sua prisão cautelar com base na garantia da aplicação da lei penal e instrução em plenário.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 27/29, opinando no sentido da denegação da ordem, considerando que a sentença de pronúncia já foi proferida, não havendo que se falar em excesso de prazo.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0330995-9 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho-PE

Impetrantes: Glorivaldo Roberto de Barros e Israel Queiroz Carvalho de Araújo
Paciente: Givanildo José Ferreira
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO

Senhores Desembargadores,
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Anuncio, de prelúdio, e sem maiores digressões, que o presente *writ* está a merecer o desfecho da denegação, pelas razões adiante expostas.

Consoante se depreende das informações apresentadas pela autoridade impetrada à fl. 20, verifico inexistir qualquer excesso de prazo configurador de constrangimento ilegal, haja vista a prolação de sentença de pronúncia em 16/04/2014.

Logo, pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução, nos termos da Súmula 21 do Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, depreende-se que a prisão preventiva do paciente restou devidamente fundamentada na garantia da aplicação da lei penal, correspondente ao fato de que aquele fugiu do distrito da culpa após a prática dos delitos tipificados nos artigos 121, *caput* e 211, ambos do Código Penal.

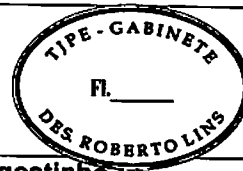
Traz-se à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça, corroborando este entendimento:

Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da aplicação da lei penal, na medida em que, com a fuga do ora Paciente do distrito da culpa, transparece nítida sua intenção de se furtar à persecução criminal do Estado. Precedentes desta Corte. 2. Ordem de habeas corpus denegada. (STJ, HC 236800-PR, Rel. Min. Laurita Vaz, DJE 28/05/2012)

Assim, diante da relatada situação processual, e, especialmente, da prolação de sentença de pronúncia em 16/04/2014, concluo pelo trâmite perfeitamente regular da ação penal em comento, pelo que inexistente, nestes autos, qualquer excesso de prazo passível de configurar constrangimento ilegal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0330995-9 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Santo Agostinho-PE

Por via de consequência, e inexistindo, nestes autos, qualquer notícia de novos fatos ensejadores da revogação da segregação cautelar do paciente, deve ele permanecer preso preventivamente.

Dispensando-me, assim, de outras considerações, para votar em consonância com o Parecer da Operosa Procuradoria de Justiça, no sentido da denegação deste *habeas corpus*.

É como voto.


Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Relator Convocado